

RECEITAS: DA DOLARIZAÇÃO À PREFIXAÇÃO

DOLARIZAÇÃO — Foi o plano adotado na Argentina. O Governo garante a conversibilidade total da moeda nacional para o dólar, de modo que, em tese, ambas as moedas podem ser usadas livremente no país. Neste sentido, os preços passam a ficar atrelados ao dólar. E se há uma paridade fixa para conversibilidade, espera-se que a moeda nacional se torne também estável. Os riscos são haver inflação em dólar e o Governo não ter reservas suficientes para bancar a conversibilidade.

ÂNCORA CAMBIAL — Há quem chame esta medida de dolarização branda. Por este plano, os preços passariam a ser corrigidos pela taxa de câmbio, podendo também ser expressos em dólar. Mas não haveria conversibilidade de moeda, o que permite que o volume de reservas atuais do país (US\$ 25 bilhões) seja compatível com a medida. Num segundo momento, a taxa de câmbio seria fixada, para que os preços na moeda nacional, já atrelados ao dólar, acompanhassem sua variação.

INDEXAÇÃO — Para diminuir a indexação da economia, a re-

ceita neste caso seria indexar a economia a um só indexador. Inclusive ao dólar: isto para, em seguida, passar a executar uma prefixação da taxa de câmbio. Espera-se que, a taxas cada vez menores, os preços fossem acompanhando a variação do câmbio.

CONGELAMENTO — De imediato, produziria redução significativa das taxas de inflação: no último deles, o do Plano Collor II, o Índice de Preços Geral do Mercado (IGP-M) passou de 21,02% em fevereiro para 9,19% em março. Mas a cada choque, é menos respeitado. E quando termina, costuma provocar aceleração inflacionária.

PREFIXAÇÃO — O Governo passaria a fixar metas de inflação menores do que a do mês anterior, o que, além de oferecer algum parâmetro ao processo de reajustes, contribui para forçar a queda das taxas com que salários e preços seriam reajustados. Dependeria de um acordo com os agentes econômicos, porque se fosse imposta, precisaria contar com órgãos de controle, que estão hoje desorganizados.

